

## **ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO RECÔNCAVO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES**

*Maria Cristina Machado de Carvalho*

Mestranda em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora de História e Sociologia pelo Colégio Adventista de Feira de Santana. Email: [chrilcarvalho@hotmail.com](mailto:chrilcarvalho@hotmail.com)

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a economia e as relações de trabalho desenvolvidas em São Gonçalo e Feira de Santana, locais que compõem o Recôncavo e é o berço do Sertão. Para tanto utilizamos o longo processo de migração experimentado por famílias de descendentes de escravos e ex-escravos desde a extinção oficial da escravidão em 1888, que promoveu a constituição de identidade negra ligada ao trabalho com a terra, em seus pontos de continuidades e descontinuidades. Também fazemos uma discussão sobre o contexto do Recôncavo em meados do século XIX e o processo de arrendamento de terra nos finais do mesmo século.

**Palavras chave:** Propriedade de terra, migração, Recôncavo e pós-abolição.

### **Abstract**

The present study aims to present a discussion on the economy and the working relationships developed in São Gonçalo and Feira de Santana, sites that make up the Reconcavo and is the birthplace of the Hinterland. To use both the long process of migration experienced by families of descendants of slaves and ex-slaves from the official extinction of slavery in 1888, which promoted the formation of black identity connected to work with the earth in its points of continuity and discontinuity. We also

make an argument about the context of the Recôncavo in the mid-nineteenth century and the process of leasing land at the end of this century.

**Key words:** Land ownership, migration, Recôncavo and post-abolition.

## INTRODUÇÃO

O latifúndio brasileiro surgiu junto ao sistema de sesmarias adotado no processo de exploração empreitada pela coroa portuguesa. A questão da terra é um componente necessário para se compreender o sistema econômico e o processo migratório de escravos e seus descendentes no final do século XIX e nos anos que se segue o século XX.

A lei de terras de 1850 esteve direcionada a sustentação das grandes propriedades, como foi uma estratégia de poder em que objetivava manter os despossuídos de terras e libertos sem acesso a ela.

Depois da Lei as relações sociais e econômicas do Recôncavo vão estar necessariamente relacionadas com a luta de grupos familiares pela sobrevivência em torno do trabalho com rural. Notamos que muitas dessas famílias irão se tornar trabalhadores rendeiros nas fazendas de produção de fumo e açúcar no Recôncavo. Outras vão migrar da região de origem e estabelecer novas ligações sociais, essas ainda continuaram relacionadas às antigas relações de trabalho que experimentaram no período de trabalho escravo e posteriormente no trabalho livre.

Durante toda história socioeconômica do Recôncavo a população, individual ou coletivamente, criou uma cadeia de mecanismo que possibilitasse sua inserção nas relações de trabalho livre. Neste cenário socioeconômico apresenta-se o conjunto das reformas feitas pelo Estado Imperial em meados do século XIX tentando resistir e reorganizar a economia em uma sociedade escravista, com a finalidade de promover transformações contíguas com a expansão mundial capitalista (exemplo disso é a extinção do tráfico de escravos transatlântico). Estas reformas não trouxeram implicações para as distintas economias do País, pois tais economias já não cabiam mais no padrão capitalista que se configurava na Europa ocasionada pela Revolução Industrial, além disso, as mudanças foram graduais sem que houvesse estragos para os detentores dos modos de produção.

Pensando na conexão entre a economia brasileira e a desenvolvida no Recôncavo este artigo pretende fazer uma discussão sobre as relações socioeconômicas que atravessou este território durante o final do século XIX, tendo em vista as clivagens que aconteceram na região como alternativa de sobrevivência por parte da população e as dinâmicas que se configuraram em torno do mundo do trabalho. Bem como compreender as maneiras de construção do espaço de negociação entre o possuidor da força de trabalho e o proprietário dos meios de produção.

## **Recôncavo**

Desde o período colonial, mais precisamente nos séculos XVI e XVII, o Recôncavo constituía-se como entreposto comercial da Baía de Todos os Santos em direção ao Sertão. Uma importante região para o comércio exportação e importação da Metrópole à Colônia. Como um território pródigo em termos de recursos naturais foram desenvolvidas várias atividades produtivas como a plantação da cana de açúcar e de tabaco (BARICKMAN, 2003) para a fabricação de açúcar e de charutos, respectivamente. Também neste espaço se desenvolveu a cultura de subsistência como roça de mandioca, feijão, milho, bananas, legumes e criação de gado. Esses gêneros eram cultivados pelos pequenos agricultores e escravos nas fazendas de plantação de fumo e gado na região de economia fumageira (POPPINO, 1968).

Em meio a diferentes tipos de economia havia duas que tiveram destaque. Uma era o açúcar com sua produção tradicional tinha a maior produção nas regiões de Santo Amaro e Santiago do Iguape, Comarca de Cachoeira. E o fumo que era usado especialmente para exportação e escambo de escravos, seu foco principal de produção era nos Campos de Cachoeira (mais tarde São Gonçalo dos Campos da Cachoeira.). Essas econômicas fizeram da Bahia no século XIX a mais próspera Província das Américas na produção de açúcar e fumo utilizado especialmente a mão-de-obra escrava.

O crescimento da região a partir do comércio, como da agroexportação e da agricultura mercantil de subsistência irá permitir uma diversidade social no final do século XIX e início do século XX.

Os aspectos econômicos da Bahia exportadora de açúcar, tabaco demonstram a importância da produção destes gêneros, especialmente, para entendermos as relações de trabalho no período. O ponto diferencial destas economias de exportação estava na

quantidade de escravos utilizados como mão-de-obra e o tamanho dos plantéis. Barickman chama a atenção para as duas zonas de produção, comparando ambas as Freguesias. Segundo ele a freguesia de São Gonçalo dos Campos predominava pequenos plantéis de fumo concentrados nas mãos de 45% dos proprietários de escravos (fazendeiros).

Em Santiago do Iguape a quantidade de plantéis era superior aos de São Gonçalo, sendo que estes se concentravam nas mãos de 10% dos proprietários de escravos (senhores de engenho). Bem como a utilização da mão-de-obra escrava.

Na freguesia fumageira a população escrava era de quase quatro mil cativos, distribuída uniformemente entre os proprietários. Em Iguape esta taxa é de 40% dos cativos residentes na freguesia que, por sua vez, ficava nas mãos de 10% dos proprietários de engenhos.

Sendo assim, podemos perceber que nas regiões onde existia uma cultura voltada para o cultivo do açúcar a distribuição e utilização da mão-de-obra escrava são bem diferentes das taxas nas regiões onde a economia se volta para a produção de fumo.

As características que mais se destacam para a diferenciação da posse de escravos no Recôncavo são as distribuições destes relativamente uniformes e o reduzido tamanho dos plantéis em todas as partes da região.

Na freguesia de São Gonçalo dos Campos só 1,7% de todas as propriedades fumageiras tinham plantéis e a média de posse era de quarenta ou mais cativos. Enquanto Iguape, possuindo 11,2% dos plantéis com pelo menos quarenta escravos por plantéis. Isso significa que a quantidade de escravos e de plantéis usados nas diferentes economias não era o mesmo número (BARICKMAN, 2003).

Não vamos apenas reduzir a sociedade baiana deste período na relação senhor-escravo, pois estava dividida em quatro camadas (MATTOSO, 1989). Os primeiros grupos formados pelos grandes proprietários, o segundo grupo era composto por funcionários médios, o terceiro grupo por funcionários subalternos, no quarto grupo estão escravos, vagabundos e mendigos, sendo que esses dois últimos na maioria das vezes eram escravos.

Inscribe-se neste contexto uma demanda de proprietários de terras arrendando terrenos em diversos espaços do Recôncavo e a migração de famílias negras nos anos de 1890 a 1920 (POPPINO, 1968). Pesquisas sugerem que anos anteriores por causa das secas muitas famílias migraram (GONÇALVES, 2000) em busca de novos caminhos e meios de subsistência, também sugerimos que após a abolição a migração desses grupos

está relacionada à tentativa de construírem suas identidades (MATTOS, 2005, FRAGA, 2006) longe das relações que os identificavam como ex-escravos.

No período republicano onde as relações de trabalho se estabelecem pelo trabalho livre a elite econômica permanece explorando os libertos sob o jugo da necessária subsistência das famílias negras e pobres do Recôncavo.

A dificuldade de acesso a terra no pós-abolição levou os libertos e a população pobre a migrar para outros espaços que pudessem desenvolver atividades que configurassem a liberdade legal e de fato. A falta de acesso a terra fez estabelecer uma mão de obra sazonal e informal nas fazendas das regiões. As relações de trabalhos continuam a se perpetuar agora em um novo contexto econômico, em que os ex-escravos, libertos e seus descendentes permanecem sendo explorados pela elite econômica agrária em pé de igualdade ao trabalho escravo.

Não obstante, a população pós-escravista teve acesso a terra, mas pela aquisição de terras devolutas através do processo de migração iniciando antes da abolição definitiva da escravidão. Segundo Barickman (2003) a Lei de Terras não teve eficácia no Recôncavo baiano, pois muitos pobres, libertos adquiram suas terras produzindo o fumo e a farinha de mandioca e uma diversidade de culturas de subsistência.

Neste sentido a política de terras é mais bem compreendida quando analisamos a relação entre proprietários rurais e as configurações de trabalho, pois a composição deste novo espaço de trabalho livre se faz fundamental, uma vez que os proprietários de terras e o trabalho escravo sempre tiveram um papel fundamental na organização social e política do Estado Imperial e depois da abolição na Primeira República.

### **Trabalho, propriedade de terra e trânsito século XIX e XX**

Teodora Francisca Gomes<sup>1</sup>, com supostamente 12 anos de idade foge de uma fazenda em Bonfim de Feira aproximadamente em 1880 a 1900. Essa experiência de fuga, não era a primeira em sua vida. Teodora antes disso foi pega “a dente de cachorro” por ter fugido. Mas fugido do quê? Se esta em 1890 tinha doze anos ela havia nascido em 1874, três anos depois da Lei do Ventre Livre. Teodora, embora estivesse nascida em período de liberdade de direito para os filhos de escravas, ela não teria gozado da experiência de ser livre nos períodos anteriores a abolição da escravatura. Mesmo

---

<sup>1</sup> Depoimento Expedito, um morador de São Gonçalo dos Campos.

depois de ser conquistada a liberdade de direito em 1888, os ex-escravos e filhos de escravos ainda eram mantidos na condição social de escravos.

Teodora da última vez foge para a região do Recôncavo, em São Gonçalo dos Campos. Nesta região Teodora, mantém um trabalho parecido ao que tinha antes. Vai trabalhar na Fazenda Dendê, em atividades agrícolas e domésticas.

A história de Teodora não é fictícia, era ocorreu. Mas essa história não é neste texto mencionada como um fato isolado, antes é uma experiência de um tanto mais de indivíduo que teve sua experiência vinculada no espaço territorial de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. Deixar ou não as fazendas onde conheceram, ou os seus pais conheceram o cativo foi uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição e seus descendentes em períodos posteriores (MATOS, 2005). No início do século XX o trânsito de descendentes de escravos foi grande na região do Recôncavo e do Sertão.

As condições de sobrevivência dos ex-cativos no Recôncavo foram diversas, visto que alguns abandonaram os canaviais, enquanto outros continuaram sob as dependências dos ex-senhores (FRAGA, 2006). Essa permanência possivelmente representava às condições de sobrevivência muito próximas daquelas vivenciadas no cativo. As experiências e as redes sociais de ex-escravos ou indivíduos que experimentaram indiretamente essa relação poderia ter se formado a partir da organização familiar no interior da escravidão ou posterior a abolição.

Quando se trata dos indivíduos e dos grupos familiares abordadas neste texto notar-se a partir da tradição oral e alguns documentos escritos que emergiram no momento histórico de pós-abolição onde ex-escravos, descendentes se deslocam de propriedades em que eram cativos ou tiveram contato com o cativo.

O deslocamento se fazia de fazendas de produção de fumo e dedicada à pecuária e engenhos produtores de açúcar para outros espaços de sociais e econômicos. Das possibilidades de conseguir, de modo geral, as condições dos contratos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra, em um espaço de na realidade material se consumasse a liberdade (MATOS, 2005). Trajetória que podia ser feita em direção ao sertão ou em sentido inverso.

O que fazia os recém-libertos se deslocarem para outros espaços de sociais? Será que esse recurso foi utilizado para romper com antigos vínculos que os ligavam aos seus ex-senhores? Essas e outras questões aguçam a curiosidade de muitos

pesquisadores. Como se deu este trânsito e o que teria motivado? Como se estabeleceram as experiências do ex-escravo e dos descendentes de escravos no Recôncavo?

As migrações eram fatos comuns nas experiências de moradores de São João do Cazumbá. Dona Matina saiu de Bonfim de Feira com o marido quando tinha ainda 15 anos de idade. O motivo da mudança não é explicado pelos moradores, que apenas comparam a vida em Bonfim de Feira e em São João do Cazumbá.

O trabalho realizado era de cunho doméstico e na roça. Ela conta que os pais dela tiveram origem em Bonfim de Feira, local em que trabalhavam na roça. Plantavam milho, feijão, fumo e mandioca. Esse hábito ainda é cultivado por Matina que aos 74 anos de idade continua plantando sua roça.

A plantação não é para a venda, mas para ajudar na subsistência da família. Já os pais faziam suas roças para vender no mercado em Feira de Santana. Não só Matina fazia a roça, outras pessoas como Carminha, Firmino, faziam suas roças em espaços territoriais foram do espaço de São João do Cazumbá, faziam a roça no Tanque do Urubu. Matina também já fez roça no Tanque do Urubu, no Rio Branco, na fazenda Ombra<sup>2</sup>. No Tanque do Urubu fazia roça, trabalhava na enxada, plantava feijão. Em São João do Cazumbá além de plantar criava mais de 100 cabeças de galinhas de granja e porcos para vender.

O terreno dos moradores não tem documento. Eles foram chegando e ficando. Os motivos eram diversos. Ou por migração individual ou com toda família, ou simplesmente por constituir laços de parentesco com algum morador do local.

Josenilson também chegou ao local. A mãe dele era de Bonfim de Feira e, o pai morava em São João do Cazumbá. A esposa de Josenilson tem a mesma história de parentesco. O pai da esposa é de uma “terra de longe<sup>3</sup>” e a mãe é de Bonfim de Feira. Não sabemos o motivo pelo qual o Josenilson migrou para São João do Cazumbá. Tudo indica que o motivo foi busca de trabalho.

Essas representações foram sendo socialmente construídas a partir da dimensão sociocultural que permeia uma realidade histórica do Recôncavo. Embora integrados por uma economia e uma estrutura mais ampla, os sujeitos sociais diferenciados que atuaram no processo de produção, reprodução dos territórios, constituem grupos diversificados. Tais são identificados pela memória de indivíduos e grupos étnicos

---

<sup>2</sup> Depoimento de Matina, moradora de São João do Cazumbá.

<sup>3</sup> Josenilson, morador de São João do Cazumbá.

como possuidores de experiências e redes de ligações que colaboram para a formação deste espaço. Não de maneira determinada pelo espaço em que estão inseridos, mas sendo estes indivíduos sujeitos de suas próprias experiências.

As experiências eram diversas. Muitos grupos saíam em busca de novos espaços em que pudessem desfrutar de novas experiências de trabalho e de condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos importantes da liberdade dos últimos cativos e de descendentes, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho (MATOS, 2005).

Os dados históricos sinalizam que condições que transitavam entre o cativo já havia sido inaugurada em anos anteriores a abolição. Alguns registros de escritura de arrendamento apresentam a preocupação de proprietários de terras em Feira de Santana e em São Gonçalo dos Campos com o fim da escravidão. Supostamente as medidas dos donos de fazenda eram preventivas. A freguesia de Sant'Anna pertencente à Comarca Sant'Anna e a freguesia de Umburanas da Comarca de Cachoeira, representaram a maioria de documentos registrados de arrendamentos. Especialmente no ano de 1881 foram encontrados mais de 50 registros de escrituras de arrendamento em apenas um livro de registro<sup>4</sup>.

Em 27 de julho de 1881<sup>5</sup> o capitão Affonso Pedreira de Cerqueira e sua Mulher dona Maria Pedreira de Cerqueira moradores na Freguesia das Umburanas, no termo da cidade de Cachoeira fizeram a escritura de arrendamento de sua fazenda Mucambo, no termo de Camisan, ao rendeiro Viriato Magalhães de Figueiredo morador na cidade da Feira de Sant'Anna.

O arrendamento foi pelo tempo de três anos pelo preço de duzentos mil reis ao mês. O rendeiro podia plantar e criar, não podendo fazer benfeitoria na propriedade. É importante que todos as escrituras de arrendamento não apresentam informação sobre a cor daqueles que fazem o acordo, necessitando porém de buscar em outros documentos as informações a respeito da etnicidade. Até o momento não foi encontrado documentos que nos situe a respeito do assunto.

---

<sup>4</sup> Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana

<sup>5</sup> Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 1.



Os mesmos proprietários em 27 de julho de 1881<sup>6</sup> fazem arrendamento de outra propriedade para Luiz da França e Sr. Tiago nascidos na cidade de Feira de Sant'Anna. "As terras na fazenda denominada todos os Santos, cita Freguesia do Rosario do Orobó, termo do Camizão para lavoura e criação pelo tempo de três anos, duzentos mil reis anuais". Também, não é permitido fazer benfeitoria na propriedade.

Ainda o capitão Affonso e sua mulher fazem o arrendamento de suas posses na fazenda denominada Todos os Santos a José Vaz de Attaide ao tempo de três anos por duzentos mil reis anuais.

Outras escrituras de arrendamentos foram feitas pelo casal. Notamos que eles eram donos de grandes extensões de terras em Feira de Sant'Anna. E que eles, possivelmente estavam buscando um meio de manter o domínio de suas terras, evitando que escravos fugissem e se instalassem no local. Foram 31 escrituras de arrendamentos feitas pelo Capitão Affonso a diferentes rendeiros. Em nenhuma escritura consta a cor dos indivíduos, apenas consta o local em que mora. Todos os 31 rendeiros são moradores da Freguesia de Umburanas.

Camisão era uma freguesia de Feira de Sant' Anna. Notamos que os proprietários eram da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Sant'Anna. E os rendeiros da Freguesia de Umburanas, mais tarde pertencente a São Gonçalo dos Campos, município de Cachoeira.

Encontramos escrituras em 13 de agosto de 1881<sup>7</sup> de outro proprietário. É o caso da escritura de arrendamento feita Diogo Augusto Vieira Falcão a Manoel Estevão Gonsalvez de uma posse de terra em sua Fazenda Crumathai por tempo de três anos a duzentos mil reis anuais. O local de moradia do arrendatário é da Freguesia dos Remédios e o rendeiro é morador da Freguesia de Umburanas.

Em 16 de agosto de 1881, arrenda outra porção de terra na mesma fazenda Crumathai na Freguesia das Umburanas a Antonio Rodrigues do Bomfim. Sendo este é morador das Freguesias das Umburanas. João Ribeiro de Oliveira morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos do termo da Cidade de Cachoeira arrenda a João Alves de Oliveira morador na Freguesia das Umburanas do mesmo termo, uma posse de

---

<sup>6</sup> Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 38

<sup>7</sup> Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 39

terra em sua fazenda denominada Lagôa na Freguesia de Umburanas, por tempo de três anos a partir da data por duzentos mil reis anuais.

Também, João Ribeiro de Oliveira faz arrendamento a João Baptista de Magalhães, morador na Freguesia das Umburanas, da propriedade na Fazenda Lagôa em 17 de agosto de 1881.

Em 13 de agosto de 1881 Sabino José de Carvalho e sua mulher Cecília de Carvalho dão em arrendamento uma parte das terras de sua fazenda Cajazeira a Manoel Pinheiro do Nascimento, por tempo de três anos a contar desta data a duzentos mil reis anuais. Todos são moradores de Umburanas.

Em 18 de agosto de 1881 encontramos outra escritura em que Sabino José de Carvalho e Cecília de Carvalho fazem o arredamento da propriedade na Fazenda Cajazeira ao rendeiro Adolpho Profírio de Cerqueira, todos moradores da Freguesia das Umburanas.

No livro encontramos mais duas escrituras feitas pelo casal a Thomé Alves Barreto e a outra a Joaquim Cardoso de Sant'Anna, ambos na propriedade de Cajazeira em Umburanas.

Estas condições, no período pós-abolição, apareceram como favoráveis aos libertos, em um momento de demanda por mão-de-obra e de fixação incipiente de normas de contrato de trabalho no campo, caso em que alguns indivíduos decidem ficar na fazenda que mantinha condição de não escravo, talvez visse nesta situação a possibilidade de encontrar normas e contratos em condições menos cativas.

Os recursos sociais foram negociados em condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão (MATOS, 2005) – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito das antigas zonas de exploração. Ou ainda procuravam situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência, poderia ter sido esta a experiência das migrações que se verificou nos anos iniciais do século XX.

As condições favoráveis à capacidade de negociação dos descendentes de escravos tinham como principal limite a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativo. As migrações podem ser compreendidas como meios em que os pretos buscavam para tornarem obsoletas as distinções entre ex-senhores, libertos e homens nascidos livres, construídas no seio da escravidão.

Na maior parte dos casos em que se detectou a migração, os indivíduos e as famílias saíram para se empregar no serviço rural em terras de fazendas próximas e fazer plantação em propriedades em que eles adquiriram.

A migração no momento específico da pós-abolição se origina de um contexto de fixação das novas relações de trabalho no campo. Ao mesmo tempo em que se verifica a ausência de políticas destinadas a garantir o acesso a terra e a autoconsciência dos libertos e seus descendentes como sujeitos étnicos.

Ainda podemos destacar em outros aspectos das experiências dos libertos e de seus descendentes que permaneceram no meio rural, os aspectos culturais, das relações familiares e a construção de uma imagem positiva enquanto trabalhador.

Neste contexto, a permanência e a mudança foram determinantes para a legitimação desta identidade. Sugerimos que a associação de experiências e redes sociais foi iniciada antes mesmo da abolição da escravidão.

Na análise minuciosa de alguns documentos percebemos que em 1881 a região das Freguesias de Feira de Sant'Anna e de São Gonçalo dos Campos muitas fazendas eram arrendadas, caracterizando nisso o enfraquecimento da escravidão nestes locais. Também em certidão de nascimentos vemos um grande número de criança parda enquanto a quantidade de crianças brancas sendo batizadas era bem menor, cerca de cada 10 crianças batizada uma era branca.

Parece que essa quantidade de pardo maior que de branca se deva pelos laços de parentescos construídos pelos escravos e livres. Além disso, a concentração de negros fugidos para essa região era grande. Verificamos este fato em documentos do século XIX em que o juiz de Paz pede ao Presidente da Província destacamento policial e munição para combater os escravos fugidos que andava livremente entre a população da freguesia (CARVALHO, 2007). Também as relações humanas (BARICKMAN, 2003) desenvolvidas na economia fumageira eram mais próximas do que na economia açucareira, pois, o senhor e o escravo lidavam dividindo o mesmo espaço de trabalho.

Assim, tratando do Recôncavo da Bahia é importante levantar o questionamento para análises heterogêneas das experiências sociais. O conhecimento prático adquirido ao longo da vida na região açucareira constituir-se diferente da região fumageira, de igual modo esta economia possui uma diversidade extraordinária de redes e experiências que se processa nas relações sociais e em busca de novas alternativas de trabalho \_ livre \_ e na afirmação da etnicidade. As diferenças das redes construídas pelos ex-escravos e descendentes tornam nítidas quando percebemos as maneiras pelas

quais os familiares e comunidades negras formadas no interior da sociedade livre. Muitas experiências foram mantidas, outras construídas.

Para os libertos o que de fato concretizava a liberdade era o abandono das antigas relações escravistas do Recôncavo (FRAGA, 2006, 26) açucareiros a novas configurações sociais, neste o acesso a terra em outras zonas econômicas \_ as portas do Sertão\_ espaço privilegiado para as adaptações sociais de liberdade. Os libertos tentaram viabilizar a sobrevivência fora dos engenhos, ocupando terras devolutas ou exigindo o direito de possuir roças. Eles também exigiram tratamento de cidadãos livres, não mais admitindo castigos e o controle cotidiano sobre suas vidas.

### **A Guisa de Conclusão**

Mesmo depois da Lei Áurea os ex-escravos e seus descendentes continuaram explorados pelos fazendeiros. Neste contexto muitos dos ex-escravos e descendentes saíram das antigas zonas de arrolamentos de trabalho e economia para estabelecer novas redes de relações sociais e mecanismos de subsistência.

As experiências das migrações feitas pelos descendentes de escravos na Primeira República estão diretamente relacionadas pela busca de propriedade de terra e pelas novas configurações de trabalho.

Os grupos familiares migraram de diversas regiões e se estabeleceram em terras que não havia proprietário, ou se havia, não impediu que ali habitassem. Também notamos que a chegada dessas pessoas a essa região constituiu para os produtores rurais mão de obra para ser explorada em suas propriedades. Para os grupos migrantes novas relações capazes de manter a sobrevivência do grupo.

### **Referências**

BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860.** Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. \_ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO JUNIOR, Augusto Monte Espínola S. **Memória da Feira sobre o Lucas. Feira de Santana:** UEFS, 2005. (Monografia de Especialização)

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **“Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860- 1888”**. Revista Afro-Ásia, v. 33, p. 133- 168. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim,; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Maslowa. I. C. **A Assistência Médica aos trabalhadores do Centro Industrial do Subaé - Feira de Santana**. Salvador: UFBA, 1995 ( Dissertação de Mestrado.)

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1170- 1996**. Salvador: UFBA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo, Editora 34. 2001.

GONÇALVES, G. R. **As Secas na Bahia do Século XIX: sociedade e política**. Salvador: UFBA, 2000. Dissertação.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, editora da UFMG, Brasileira. 2003.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

LIMA, Zélia de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849**. Salvador: UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)

MATOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- POLLAK, Michael. “**Memórias e identidade.**” IN: Revista Estudos Históricos. Vol. V, n.º10, Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.
- POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador, Itapuã, 1998.
- POUTIGNAT, Phillippe. **Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, Editora da UNESP. 1998.
- REVEL, Jacques (org.), **Jogos de escalas: experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTANA, Charles D’Almeida. **Fartura e Ventura: camponeses, trabalho, cotidiano e migrações, Bahia: 1950-1980**. São Paulo: Annablume, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes/ tradução: Jussara SIMÕES**: Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert W. “**Histórias do cafundó**”, In. VOGT, Carlos e FRY, Peter, *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras; UNICAMP, 1996.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Lisboa, Edições Colibri. 2001.
- VOGT, Carlos. FRY, Peter & SLENES, R. **Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.